



Procedimento n.º 2500000333_SA_12DI2025

LICENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE IDENTIDADE, AUTENTICAÇÃO
CENTRALIZADA E CONECTORES

Concurso Público
Caderno de Encargos

Índice

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1.ª - Objeto do Contrato.....	4
Cláusula 2.ª - Fundamentação e Caracterização do contrato	4
Cláusula 3.ª - Articulação com os Serviços Centrais da Universidade de Lisboa	5
Cláusula 4.ª - Duração do Contrato	5
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DAS PARTES	6
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	6
Cláusula 5.ª - Obrigações do Adjudicatário.....	6
Cláusula 6.ª - Conformidade e Operacionalidade dos Bens.....	7
Cláusula 7.ª - Entrega dos Bens	7
Cláusula 8.ª - Conformidade e operacionalidade dos serviços	8
Cláusula 9.ª - Conformidade e garantia técnica.....	9
Cláusula 10.ª - Dever de sigilo e confidencialidade	9
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE.....	9
Cláusula 11.ª - Preço base	9
Cláusula 12.ª - Condições de pagamento	10
Cláusula 13.ª - Obrigações da Entidade Adjudicante	11
SECÇÃO III - Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato	12
Cláusula 14.ª - Gestor do Contrato	12
CAPÍTULO III - VICISSITUDES CONTRATUAIS	12
Cláusula 15.ª - Modificação objetiva do contrato.....	12
Cláusula 16.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual do fornecedor	12
Cláusula 17.ª - Penalidades Contratuais	13
Cláusula 18.ª - Resolução do contrato por parte do adjudicatário	14
Cláusula 19.ª - Resolução do contrato por parte da entidade adjudicante	14
Cláusula 20.ª - Caução	15
Cláusula 21.ª - Trabalhadores afetos à prestação de serviços.....	15
CAPÍTULO IV - Disposições finais	15
Cláusula 22.ª - Deveres de informação.....	15
Cláusula 23.ª - Comunicações.....	15
Cláusula 24.ª - Foro competente	16
Cláusula 25.ª - Direito aplicável e natureza do contrato.....	16

Cláusula 26. ^a - Contagem dos prazos	16
Cláusula 27. ^a - Especificações Técnicas	16

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto do Contrato

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar entre a Universidade de Lisboa e o adjudicatário, na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de licenciamento e manutenção de software de gestão de identidade, autenticação centralizada e conectores, nos termos indicados nos números seguintes e melhor definidos nas especificações técnicas em anexo ao caderno de encargos.
2. Rege-se pela legislação geral aplicável em tudo o que não se encontre especialmente previsto no Programa de Concurso e no presente Caderno de Encargos, onde são indicados os termos e as condições da aquisição de licenciamento e a prestação de serviços de manutenção de software, objeto do contrato, e que serão incluídos no contrato a celebrar.

Cláusula 2.ª - Fundamentação e Caracterização do contrato

1. O Sistema de Gestão de Identidades (IDM) da Universidade de Lisboa é atualmente uma peça fundamental da Infraestrutura de SI/TI, com a responsabilidade de ligar os diferentes sistemas de informação base (académicos e de recursos humanos) com diversos sistemas de destino (GoogleApps, Office365, vários diretórios de utilizadores, etc.), garantindo o aprovisionamento e desaprovisionamento de contas de escola de trabalhadores/as e alunos em diversos sistemas e diretórios, bem como o acesso a múltiplos recursos centrais (listas de distribuição, pastas partilhadas, etc.). Torna-se essencial garantir a continuidade de ligação dos sistemas académico e administrativo (financeiro e de recursos humanos) e garantir a integração plena entre todas estas componentes aplicacionais.
2. Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º-A, foi escolhida a não divisão em lotes porque as prestações a abranger pelo respetivo objeto são técnica e funcionalmente incindíveis.
3. O contrato será composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e será reduzido a escrito, integrando igualmente os elementos elencados nas disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos (CCP).
4. Para além dos elementos referidos no número anterior, o contrato a celebrar integrará ainda os seguintes elementos:
 - a) os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;

- b) os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) o presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) a proposta;
 - e) os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário;
 - f) o clausulado contratual.
5. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
6. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.ª - Articulação com os Serviços Centrais da Universidade de Lisboa

1. Sem prejuízo do adjudicatário ser responsável pelo objeto do contrato, a sua atividade desenvolver-se-á de forma articulada com o Departamento de Informática dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa, a quem compete a receção do licenciamento, e o gestor do contrato, a quem compete acompanhar permanentemente a execução de todo contrato, nos termos do artigo 290º-A.
2. A disponibilização do licenciamento e a prestação de serviços de manutenção serão prestados remotamente com recurso a meios telemáticos.
3. As relações do adjudicatário com a Universidade de Lisboa deverão decorrer durante o horário de trabalho praticado pelos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa.
4. A participação dos trabalhadores dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa, em nada diminui a responsabilidade do adjudicatário, como único responsável pelo objeto do contrato.

Cláusula 4.ª - Duração do Contrato

1. O contrato a celebrar terá início no dia útil seguinte à data da sua assinatura e mantém-se em vigor por 3 (três) anos, sem prejuízo das obrigações acessórias, as quais perdurarão para além da cessação do contrato.
2. O licenciamento objeto do contrato deverá ser disponibilizado à entidade adjudicante no prazo máximo de 5 dias úteis após o envio da nota de encomenda.

3. A prestação de serviços de manutenção do software de gestão de identidade, autenticação centralizada e conectores terá início após a disponibilização do licenciamento.
4. O prazo para envio da Nota de Encomenda é fixado em 10 dias úteis após a data de início do contrato.
5. Ambas as partes se obrigam a cumprir fiel e imperativamente todos os prazos acordados.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 5.ª - Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, constituem obrigações principais do adjudicatário:
 - a) Fornecer o licenciamento em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente caderno de encargos e conforme as condições estipuladas;
 - b) Prestar os serviços de manutenção de software em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente caderno de encargos e conforme as condições estipuladas;
 - c) Prestação de forma correta das informações referentes às condições em que é fornecido o licenciamento e são prestados os serviços, assim como a prestação de todos os esclarecimentos que possam ser solicitados;
 - d) O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância no fornecimento do licenciamento e na prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar que existam no momento em que estes lhes sejam prestados;
 - e) Não alterar as condições do fornecimento dos bens e da prestação dos serviços;
 - f) Prestar de forma correta e fidedignas as informações referentes às condições em que é fornecido o licenciamento ou são prestados os serviços, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pela entidade adjudicante;
 - g) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;

- h) Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial ou outras informações com relevância para a prestação dos serviços.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento do licenciamento e à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª - Conformidade e Operacionalidade dos Bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar o licenciamento à entidade adjudicante, em conformidade com as características e com os termos estabelecidos, nas especificações técnicas previstas no Anexo A do presente caderno de encargos.
2. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância do licenciamento objeto do contrato que existam no momento em que o mesmo lhe seja entregue.
3. O adjudicatário é responsável pela fase de formação inicial aos utilizadores, quando aplicável.

Cláusula 7.ª - Entrega dos Bens

1. O adjudicatário obriga-se a cumprir o prazo de disponibilização do licenciamento indicado na cláusula 4ª do presente caderno de encargos.
2. O adjudicatário obriga-se a entregar todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização e funcionamento, sendo responsável pela formação inicial dos utilizadores e/ou trabalhadores dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa, quando aplicável.
3. Da obrigação a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
4. Até ao prazo de 15 dias a contar da entrega do licenciamento objeto do contrato, a entidade adjudicante procede à respetiva avaliação, com vista a verificar se os bens entregues reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
5. No caso de a entidade adjudicante verificar a não conformidade dos bens entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações

e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve informar o adjudicatário, por escrito, no prazo de 15 dias

6. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário fica obrigado à sua imediata substituição, continuando, para efeitos de aplicação de sanções, a correr a contagem do prazo de entrega, desde a data do envio da nota de encomenda até à finalização da entrega do bem de acordo com as condições exigidas.
7. Todos os encargos decorrentes da substituição, devolução ou destruição do bem que tenham sido objecto de rejeição, serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.
8. A rejeição do bem disponibilizado nos termos do presente artigo não confere ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização.
9. A rejeição do bem por parte da entidade adjudicante pode conferir-lhe o direito a ser indemnizada pelos custos incorridos e pelos danos sofridos.
10. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o fornecimento do bem em quantidades inferiores às encomendadas ou com qualidade inferior, suspenderá a faturação e correspondente pagamento até que a situação em causa se encontre regularizada, ficando o adjudicatário obrigado à sua imediata reposição ou substituição, continuando, para efeitos de aplicação de sanções, a correr a contagem do prazo de entrega, desde a data do envio da nota de encomenda até à finalização da entrega dos bens de acordo com as condições exigidas.
11. Caso a análise a que se referem os números anteriores comprove a conformidade dos bens entregues pelo adjudicatário com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos, deve ser comunicado ao adjudicatário a respetiva aceitação pela entidade adjudicante.

Cláusula 8.ª - Conformidade e operacionalidade dos serviços

1. O adjudicatário obriga-se a prestar à entidade adjudicante os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo A ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados tendo em conta os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento, se aplicável.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de serviços de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos serviços a entregar.
4. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que os serviços lhe são prestados.

Cláusula 9.ª - Conformidade e garantia técnica

O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à entidade adjudicante em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do adjudicatário e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 10.ª - Dever de sigilo e confidencialidade

1. O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que venha a ter conhecimento.
2. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
3. O adjudicatário obriga-se a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).

SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 11.ª - Preço base

1. O preço base global, para efeitos do presente procedimento pré-contratual, é de 288.288,46€ (duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e oitenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, e corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as

prestações que constituem o fornecimento do licenciamento e a prestação dos serviços de manutenção objeto do contrato.

2. Nos termos do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, o preço base para o fornecimento do licenciamento e a prestação de serviços foi estabelecido considerando a consulta preliminar realizada ao mercado nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos.
3. Após abertura das propostas e a publicação da lista de concorrentes, podem os concorrentes que apresentaram proposta solicitar através da plataforma eletrónica Acingov a consulta dos documentos referentes à consulta preliminar realizada para a formação do preço base.
4. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, sendo por conta e risco do adjudicatário:
 - a) Despesas com deslocações de recursos, estadias e despesas de alimentação;
 - b) Encargos com telecomunicações;
 - c) Seguros;
 - d) Despesas com transporte e embalagem dos bens, bem como a carga e descarga dos bens;
 - e) Formação inicial aos utilizadores, quando necessária;
 - f) Despesa com instalação e montagem dos bens, quando necessária.
5. Os preços constantes na proposta adjudicada vigorarão sem atualização/revisão, durante o período de vigência do contrato, incluindo em caso de prorrogação.

Cláusula 12.ª - Condições de pagamento

1. Pelo fornecimento do licenciamento e pelos serviços de manutenção de software, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o valor constante da(s) fatura(s) enviada(s), devendo incluir todas as despesas inerentes à execução dos mesmos.
2. O pagamento do fornecimento do licenciamento será efetuado na totalidade após a sua entrega e aceitação pela entidade adjudicante.
3. O pagamento dos serviços de manutenção de software será efetuado anualmente pela entidade adjudicante.
4. A quantia a pagar pela entidade adjudicante deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a data de receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

5. Qualquer pagamento só poderá ser efetuado após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
6. A emissão das faturas pelo adjudicatário deve observar o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos.
7. A(s) Fatura(s) devem ser emitidas com os seguintes elementos:
 - a) Número de Contrato e número de compromisso;
 - b) Número de Nota de Encomenda, caso aplicável;
 - c) Descrição, referindo o(s) documento(s) que a(s) suporta(m);
 - d) Incidência do IVA, em separado;
 - e) Documentação de suporte, caso aplicável.
1. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
2. O não pagamento dos valores contestados pela entidade adjudicante não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, a entidade adjudicante proceder ao pagamento da importância não contestada.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.os 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.
4. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.
5. Na eventualidade de atraso nos pagamentos, dentro do prazo contratual e legalmente previsto, a entidade adjudicante encontra-se sujeita às consequências que, nos termos da lei, advêm desses atrasos, nomeadamente as previstas nos números 3 e 4 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 9.º e no n.º 3 do artigo 8.º, todos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Cláusula 13.ª - Obrigações da Entidade Adjudicante

Decorre para a entidade adjudicante as seguintes obrigações:

1. Após a data de início do contrato, a entidade adjudicante obriga-se a emitir e a enviar a nota de encomenda correspondente ao valor adjudicado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

2. Notificar o adjudicatário no prazo de 15 (quinze) dias sobre qualquer rejeição dos bens entregues.
3. Assegurar que, entre a entrega e a receção dos bens objeto do contrato, a entidade adjudicante obriga-se a cooperar com o adjudicatário para que sejam criadas as condições de segurança dos bens que o adjudicatário considerar necessárias.

SEÇÃO III - Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato

Cláusula 14.ª - Gestor do Contrato

1. Para o acompanhamento permanente e para a garantia da boa execução do contrato, é designado um gestor.
2. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente para a decisão de contratar, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
3. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III - VICISSITUDES CONTRATUAIS

Cláusula 15.ª - Modificação objetiva do contrato

O contrato a celebrar poderá ser modificado tendo por base os fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual do fornecedor

1. O adjudicatário não pode subcontratar ou ceder a sua posição contratual, nem transmitir quaisquer direitos ou obrigações, seja a que título for, sem a prévia autorização prestada por escrito pela entidade adjudicante, aplicando-se o regime constante no art. 316º e seguintes do CCP.
2. No caso cessão da posição contratual, para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.

3. Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cederá a sua posição contratual ao concorrente classificado pela ordem sequencial do presente procedimento pré-contratual, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos.
4. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data a indicar pela entidade adjudicante.
5. No caso de subcontratação, para efeitos de autorização a que se refere o número 1, o adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 3 do artigo 318.º do CCP.
6. A entidade adjudicante deve pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 dias a contar da respetiva notificação, considerando-se rejeitada caso a entidade adjudicante não efetue nenhuma comunicação ao adjudicatário dentro do referido prazo.

Cláusula 17.ª - Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Se os prazos de entrega, acrescidos de eventuais prorrogações resultantes de atrasos imputáveis à entidade adjudicante ou a força maior, forem ultrapassados, o adjudicatário ficará sujeito à penalidade diária de 1% sobre o valor global da encomenda até à entrega total efetiva ou à rescisão do contrato;
 - b) Sempre que um bem for rejeitado por não cumprir os requisitos previstos no caderno de encargos será aplicada uma penalidade correspondente a 20% do valor desse bem.
2. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante possa exigir uma indemnização pelo dano excedente.
5. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.

6. A aplicação das sanções previstas no presente artigo serão objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

Cláusula 18.ª - Resolução do contrato por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 (noventa) dias posteriormente à data de vencimento especificada na fatura ou a partir da data da receção do bem, ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial.
4. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção da declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
5. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 19.ª - Resolução do contrato por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente o atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato ser superior a um terço do prazo máximo previsto.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela entidade adjudicante.

Cláusula 20.ª - Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP o adjudicatário está dispensado da prestação de caução, em razão do preço contratual ser inferior a 500.000,00 euros.

Cláusula 21.ª - Trabalhadores afetos à prestação de serviços

Nos termos definidos no n.º 13 do art.º 42.º do Código dos Contratos Públicos o adjudicatário tem obrigatoriedade de cumprimento com o estatuído no art.º 419.º A.

CAPÍTULO IV - Disposições finais

Cláusula 22.ª - Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 23.ª - Comunicações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser redigidas, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 24.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 25.ª - Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 26.ª - Contagem dos prazos

1. A contagem dos prazos na fase de formação dos contratos rege-se pelo disposto no artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos e do Código do Procedimento Administrativo, por remissão das disposições aplicáveis.
2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos é realizada nos termos do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos prazos para o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes no âmbito do contrato.

Cláusula 27.ª - Especificações Técnicas

As especificações técnicas são as constantes do anexo A ao presente caderno de encargos.

Procedimento n.º 2500000333_SA_12DI2025

LICENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE IDENTIDADE, AUTENTICAÇÃO CENTRALIZADA

E CONECTORES

Anexo A do Caderno de Encargos

No âmbito do procedimento para aquisição de licenciamento e manutenção de software de gestão de identidade, autenticação centralizada e conetores são os seguintes os produtos da Micro Focus NetIQ a adquirir e respetivas quantidades:

- 1 licença perpétua de Identity & Access Management Base per Affiliated/Enterprise Entity SW E-LTU [SP-AB534];
- suporte/manutenção da licença Identity & Access Management Base per Affiliated/Enterprise Entity SW E-LTU Business Support (SPAB534) [SU-AA001] para 3 anos;
- 6400 licenças perpétuas de Identity Management Administration per Managed Identity SW E-LTU [SP-AB562];
- suporte/manutenção das licenças de Identity Management Administration per Managed Identity SW E-LTU-Business Support (SP-AB562) [SU-AA001] para 3 anos;
- 2 licenças perpétuas de Identity Management Administration per 50,000 Limited Use [SP-AB561];
- suporte/manutenção das licenças de Identity Management Administration per 50,000 Limited Use Managed Identities SW E-LTU [SU-AA001] para 3 anos;
- 6400 licenças perpétuas de Access Manager per Managed Identity SW E-LTU [SP-AB529];
- suporte/manutenção das licenças de Access Manager per Managed Identity SW E-LTU-Business Support (SP-AB529) [SU-AA001] para 3 anos;
- 2 licenças perpétuas de Access Manager per 50,000 Limited Use Managed Identities [SP-AB528];
- suporte/manutenção das licenças de Access Manager per 50,000 Limited Use Managed Identities (SP-AB528) [SU-AA001] para 3 anos;

- 400 licenças perpétuas de Advanced Authentication per Managed Identity SW ELTU [SP-AB531];
- suporte/manutenção das licenças de Advanced Authentication per Managed Identity SW ELTU- Business Support (SPAB531) [SU-AA001] para 3 anos;
- 400 licenças perpétuas de Advanced Authentication Clients per Managed Identity SW E-LTU [SP-AB530];
- suporte/manutenção das licenças de Advanced Authentication per Managed Identity SW ELTU- Business Support (SPAB530) [SU-AA001] para 3 anos.

Requisitos Adicionais:

Integração: Capacidade de integração com sistemas existentes da Universidade de Lisboa, incluindo ERP e outros sistemas de gestão académica.

Segurança: Conformidade com padrões de segurança e com o RGPD.

Desempenho: Garantia de alta disponibilidade e desempenho otimizado para suportar a carga de utilizadores e operações simultâneas.

Atualizações: Acesso a atualizações regulares e melhorias da plataforma sem custos adicionais durante o período de suporte e manutenção.